

**Tecnologia, inovação e sustentabilidade:  
50 anos de Cursos de Tecnologia no Brasil.**

**Reflexões sobre os impactos da lei nº 13.415/2017 nas  
publicações de artigos científicos**

André Luís Pinto de Oliveira<sup>1</sup>, Rosália Maria Netto Prados<sup>2</sup>

**Resumo** - Neste artigo discutem-se os reflexos causados nas publicações de artigos acadêmicos a partir da data de promulgação da Lei nº 13.415/2017, que institui a Reforma do Ensino Médio. O método de pesquisa selecionado foi o qualitativo-descritivo, a partir de levantamento bibliométrico sobre o tema estudado. O estudo se põe a analisar os periódicos e autores que mais fizeram publicações sobre a Lei nos critérios da pesquisa, e os resultados apontam suas reflexões sobre os impactos da Reforma para a educação profissional e para o cenário educacional brasileiro.

**Palavras-chave:** Reforma do Ensino Médio; Levantamento Bibliométrico; Educação Profissional.

**Abstract** - In this article there are discussions about the reflexes caused in the publication of academic articles from the date of enactment of Law No. 13,415/2017, which institutes the High School Reform. The research method selected was the qualitative-descriptive, based on bibliometric survey about the theme studied. The study contains analyzes of the journals and authors those most published about the Law in the criteria of the research and the results point to their reflections on the impact of the Reformation on professional education and on the scenario of the Brazilian education.

**Keywords:** High School Reform; Bibliometric Survey; Professional Education

## 1. Introdução

A lei número 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, sancionada pelo então presidente da república brasileira Michel Temer, traz em apenas três páginas uma série de alterações em sete artigos da LDBEN 9.394/1996, a saber nos artigos 25,

---

<sup>1</sup> Mestrando no Programa de Mestrado Profissional em Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS) – [andre.oliveira202@etec.sp.gov.br](mailto:andre.oliveira202@etec.sp.gov.br)

<sup>2</sup> Doutora em Semiótica e Linguística Geral (USP) e Professora no Programa de Mestrado Profissional em Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS) – [rosalia.prados@gmail.com](mailto:rosalia.prados@gmail.com)

26, 35-A, 36, 44, 61 e 62, e acrescenta textos a vários outros pontos da mesma lei e de outras. Desde o momento de sua publicação alguns autores têm feito discussões sobre os impactos da Reforma no país. Assim, questiona-se: quais os autores mais referenciados nas discussões do assunto e quais os periódicos que mais publicaram estas discussões?

O objetivo geral deste artigo foi refletir sobre a Reforma do Ensino Médio, sob a Lei nº 13.415 de 2017 e os seus impactos nas publicações de artigos acadêmicos e, para tal, partimos dos seguintes objetivos específicos: levantar os artigos científicos escritos sobre a publicação da Lei n.º 13.415/2017 desde o momento de sua publicação (16 de fevereiro de 2017) até a data de término da escrita deste estudo (06 de julho de 2019); analisar os principais periódicos e autores envolvidos nas publicações coletadas e apresentar algumas das discussões realizadas por estes autores.

## **2. Referencial Teórico**

Uma das principais mudanças apresentadas pela lei nº 13.415/2017, e uma das mais criticadas pelos autores analisados neste artigo, é a instituição dos itinerários formativos, que divide o currículo do ensino médio em cinco classificações, a saber: i. linguagens e suas tecnologias, ii. matemática e suas tecnologias, iii. ciências da natureza e suas tecnologias, iv. ciências humanas e sociais aplicadas e v. formação técnica e profissional (BRASIL, 2017). O último destes itinerários diz respeito diretamente à Educação Profissional. A LDB de 1996, alterada pela Lei nº 11.741 de julho de 2008, já trazia em sua redação parte da definição do que entendemos por Educação Profissional e Tecnológica, quando em seu artigo 39 diz que “a Educação Profissional e Tecnológica, no cumprimento dos objetivos da Educação Nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia” (BRASIL, 2008)

A Educação Profissional é geralmente associada à preparação para o mercado de trabalho. Tal forma de entendimento pode ser compreendido como reflexo de políticas públicas de épocas do Regime Militar no Brasil, de 1964 a 1985, quando se era implantado o incentivo ao ensino profissionalizante, porém, sob um pano de fundo ideológico especificamente voltado ao crescimento econômico, mas alheio às demandas do mercado e à competitividade do setor produtivo (PETEROSI, 2014, 2017)

Menino (2017) diz que o contínuo crescimento e expansão da inovação tecnológica tem tornado os empenhos para a capacitação tecnológica um recurso estratégico na sociedade atual e que tal demanda tem sido o desafio das instituições que defendam a Educação Profissional: “contribuir com o educar para a tecnologia e a inovação, o educar para o desenvolvimento sustentável e o educar para o trabalho numa sociedade do conhecimento” (PETEROSI, 2017, p. 8).

Como Educação Profissional entendemos, portanto, que seja a transmissão de ensino capaz de “educar para o trabalho numa sociedade do conhecimento” (PETEROSI; MENINO, 2017, p. 8). Uma educação que vai além de apenas se fazer com que um aluno aprenda uma profissão, mas que o prepare para se adquirir

bases que o capacitem para assumir e refletir sobre situações que a modernidade o impõe.

Utilizaremos o termo materialismo histórico dialético conforme apresentado na visão de Alves (2010) em que o modo de produção da vida material condiciona o conjunto de vida social, política e espiritual.

### 3. Método

Trata-se de pesquisa qualitativo-descritiva, realizada a partir de levantamento bibliométrico e consulta a artigos científicos. O levantamento bibliométrico teve como foco a busca na plataforma de acesso livre da Capes por artigos científicos que continham em algum momento de sua escrita os termos “13.415/2017” e “Lei” no período de 16 de fevereiro de 2017 até o dia 6 de julho de 2019. Uma vez estabelecido o arcabouço de artigos científicos correspondentes à pesquisa, utiliza-se deles para se gerar reflexões sobre as discussões dos autores.

### 4. Resultados e Discussão

O levantamento bibliométrico e as reflexões geradas das análises desta pesquisa serão apresentados ao longo desta seção.

#### 4.1 Dos autores e periódicos analisados

A partir do filtro desta pesquisa foram encontrados 23 textos acadêmicos que contemplavam à busca, sendo um deles repetido, um deles apenas um dossiê e os outros 21 concentrados em 14 periódicos diferentes, conforme se verifica no Quadro 1:

**Quadro 1:** Publicações com o termo da pesquisa

Periódico	Número de publicações encontradas com o termo
Holos	6
Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação	3
Educação & Sociedade	2
Educação (UFSM)	1
Ciência & Saúde Coletiva	1
Em Pauta	1
Geo UERJ	1
Movimento (UFF)	1
Revista ANPEGE	1
Revista Brasileira de Ciências do Esporte	1
Revista Contemporânea de Educação	1
Revista Espaço do Currículo (UEPB)	1
Revista Expressão Católica	1

**Fonte:** Elaborado pelos autores

Após leitura dos artigos citados no Quadro 1, verificou-se que 7 deles não foram feitos com intenção de discutir sobre a Lei 13.415/2017, mas que só a haviam citado para embasamento em algum momento de sua redação, mas que os outros 14 restantes, que utilizam a lei e a Reforma do Ensino Médio como base de argumentação, traziam críticas e ressalvas à nova lei, sendo estas geralmente pautadas em questionamentos sobre formas de sua nova redação e no materialismo histórico dialético. Desta forma, o Quadro 2 expõe os periódicos com artigos científicos considerados válidos para análise desta pesquisa:

**Quadro 2:** Periódicos com artigos considerados na análise

Periódico	Número de publicações encontradas com o termo
Holos	3
Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação	3
Educação & Sociedade	2
Educação (UFSM)	1
Movimento (UFF)	1
Revista ANGEGE	1
Revista Contemporânea de Educação	1
Revista Espaço do Currículo (UFPB)	1
Revista Expressão Católica	1

**Fonte:** Elaborado pelos autores

Dentre os 14 artigos analisados, 4 autores surgiram com maior número de referências bibliográficas entre os textos científicos analisados. O Quadro 3 apresenta o total de vezes em que os autores Acácia Z. Kuenzer, Demerval Saviani, Gaudêncio Frigotto e Maria Ciavatta foram citadas nos artigos analisados, sendo contabilizadas inclusive as autocitações e as referências feitas mais de uma vez em um mesmo artigo:

**Quadro 3:** Autores mais referenciados nas publicações analisadas

Autor	Número de referências utilizadas nas publicações analisadas	Número de autocitações
FRIGOTTO, Gaudêncio	10	0
KUENZER, Acácia Z.	8	3
SAVIANI, Demerval	7	0
CIAVATTA, Maria	7	4

**Fonte:** Elaborado pelos autores

Em relação ao índice de evidência de citações destes autores em diferentes artigos científicos se percebe novo cenário de interpretação. Em nova análise, o autor Demerval Saviani possui a maior quantidade de citações em diferentes

artigos, sendo seguido, respectivamente, pelos autores, Frigotto, Kuenzer e Ciavatta, conforme relaciona o Quadro 4:

**Quadro 4:** Citações dos autores em diferentes publicações

Autor	Quantidade de artigos em que são referenciados
SAVIANI, Demerval	6
FRIGOTTO, Gaudêncio	5
KUENZER, Acácia Z.	5
CIAVATTA, Maria	3

**Fonte:** Elaborado pelos autores

Dentre os nove periódicos apresentados no Quadro 2, sete deles tiveram publicações que referenciaram os autores citados nos quadros 3 e 4, sendo que a Revista Espaço do Currículo, da Universidade Federal da Paraíba, teve publicações que referenciaram todos os autores. O periódico Holos, do Instituto Federal do Rio Grande do Norte, foi o periódico com maior número de artigos analisados no Quadro 1, e as suas publicações concentram-se no ano de 2018 nos volumes 3 e 4. A autora com maior número de quantidade de referências neste último foi Maria Ciavatta, que se deu no volume 4 da revista, aceito em 20 de julho de 2018, com o título do artigo *A Reforma do Ensino Médio: Uma Leitura Crítica da Lei nº 13.415/2017 – Adaptação ou Resistência?*. O Quadro 5 apresenta, em ordem alfabética de periódicos, a quantidade de vezes em que cada periódico referenciou os autores analisados nos quadros 3 e 4.

**Quadro 5:** Análise da quantidade de referências por periódico

Nome do periódico	Ciavatta	Frigotto	Kuenzer	Saviani
Educação & Sociedade	0	1	3	0
Educação (UFSM)	0	0	0	4
Holos	4	2	0	0
Revista Contemporânea de Educação	0	2	2	3
Revista Espaço do Currículo	2	5	1	1
Revista Iberoamericana de Estudos em Educação	0	0	2	2

**Fonte:** Elaborado pelos autores

## 4.2 Da perspectiva dos autores

Dos autores analisados nos quadros 3 e 4, apenas o autor Demerval Saviani não teve publicação de artigo acadêmico selecionada nos filtros desta pesquisa. Desta forma, optou-se aqui por se fazer uma análise da visão dos autores Ciavatta, Frigotto e Kuenzer sobre a Reforma do Ensino Médio e a Educação Profissional a partir dos seus artigos filtrados pelos termos de análise desta pesquisa, conforme o Quadro 6:

**Quadro 6:** Análise da quantidade de referências por periódico

Autor	Título do artigo acadêmico	Periódico	Ano de publicação
Ciavatta	A reforma do ensino médio: uma leitura crítica da lei n. 13.415/2017 – adaptação ou resistência?	Holos	2018
Frigotto	Por que a urgência da reforma do ensino médio? Medida provisória nº 746/2016 (Lei nº 13.415/2017)	Educação & Sociedade	2017
Kuenzer	Trabalho e escola: a flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível	Educação & Sociedade	2017

**Fonte:** Elaborado pelos autores

Na análise feita, nota-se que a autora Maria Ciavatta se foca em críticas principalmente sobre a o Trabalho e Educação no Brasil, como se vê no trecho abaixo:

Nas análises do capitalismo dependente, países como o Brasil, para fazer frente aos processos internos de reprodução do capital internacional e de seus aliados, a organização da classe trabalhadora esbarra em várias dificuldades. Elas estão expressas na superexploração do trabalho, nos baixos salários e más condições de vida, na baixa escolaridade mantida pelo Estado que furta-se a oferecer uma educação de qualidade para toda a população. (CIAVATTA, 2018, p. 220)

Para a autora, a Lei nº 13.415/2017 “teve sua gênese no contexto das reformas neoliberais e [...] da deterioração da educação básica pública, na ampliação do espaço à privatização a partir dos anos 1990” (CIAVATTA, 2018, p.218). A autora, que diz ter interesse particular sobre a educação profissional na elaboração da pesquisa, critica o termo “formação profissional”, que aparece no Art. 4º da nova Reforma em substituição do termo “educação profissional”. Segundo ela, o Artigo 4º da Lei nº 13.415 de 2017 “reitera a reforma da educação dos anos 1940, a Reforma Capanema, que separava os alunos do ensino médio no Clássico e no Científico” (CIAVATTA, 2018, p. 219). Em suas conclusões finais ela defende que a educação profissional, da forma como é apresentada na nova Reforma do Ensino Médio, é historicamente destinada à população de classes de mais baixa renda, sendo apenas uma formação às necessidades do mercado, de forma aligeirada, e que não considera a universalização do ensino médio de qualidade para todos (CIAVATTA, 2018, p. 220).

Os argumentos defendidos pela autora Maria Ciavatta também aparecem em vários pontos no artigo do autor Gaudêncio Frigotto em parceria com autora Vânia Cardoso da Motta, *Por que a urgência da Reforma do Ensino Médio? Medida Provisória nº 746/2016 (Lei nº 13.415/2017)*, publicado no periódico Educação & Sociedade, volume 38, de 2017. Neste artigo científico os autores se pautam no materialismo histórico dialético para criticar a nova lei, traduzido aqui por análise social e crítica, como eles mesmo explicam:

Compreendemos “questão social”, na perspectiva da teoria social crítica, como parte constitutiva das relações sociais capitalistas, indissociável das configurações assumidas pelo capital-trabalho e pelas expressões

ampliadas das desigualdades sociais, imprimindo relações de poder. A teoria social crítica contrapõe a concepção conservadora de que a “questão social” e suas expressões — pobreza, desigualdade social, desemprego, etc. — são fenômenos autônomos, de responsabilidade individual ou coletiva ou governamental, e que, com isso, poderiam ser corrigidos, também, por ações individuais ou coletivas ou amenizados por meio de políticas públicas focadas na camada mais “vulnerável” da população. (MOTTA; FRIGOTTO, 2017, p. 363)

Sobre a utilização do termo formação profissional, os autores advertem que no texto da lei, o termo “formação profissional” aparece desvinculado do termo “formação técnica”. Para eles, tal viés é ideológico e distingue o tipo de educação que seria permitida e alcançável para os mais ricos do tipo de educação oferecida ao povo, da classe trabalhadora, que tende a ficar pautada no tecnicismo e pouco interessada em fazer com que sejam praticadas as reflexões das ciências que permitem o entender e dominar o funcionamento das coisas e da sociedade humana (MOTTA; FRIGOTTO, 2017). Sobre a Lei nº 13.415/2017 assemelhar-se à Reforma Capanema, os autores também fazem tal pontuação em suas análises, defendendo que a Reforma do Ensino Médio “retroage à Reforma Capanema no contexto da ditadura Vargas, quando o ensino secundário industrial, comercial e agrícola não tinha equivalência para o ingresso no Ensino Superior” (MOTTA; FRIGOTTO, 2017, p.367). Os autores encerram sua pesquisa afirmando que “como consideração final, destacamos que se trata de uma reforma contra os filhos da classe trabalhadora, negando-lhes o conhecimento necessário ao trabalho complexo e à autonomia de pensamento para lutar por seus direitos” (MOTTA; FRIGOTTO, 2017, p. 357). Os autores fazem algumas críticas muito pontuais ao governo Temer que, segundo eles, assumiu devido a um golpe parlamentar, com o exemplo, dizendo que “o MEC assume, de fato, uma divisão classista da educação” (MOTTA; FRIGOTTO, 2017, p. 368).

A autora Acácia Zeneida Kuenzer, no seu artigo *Trabalho e Escola: a flexibilização do Ensino Médio no contexto do regime de acumulação flexível*, publicado no volume 38 do periódico *Educação & Sociedade* do período de Abril a Junho de 2017, também envolve o MEC em uma crítica à Lei 13.415/2017 dizendo que “até mesmo setores mais intelectualizados da sociedade sucumbiram às propagandas orquestradas pelo MEC e veiculadas pelos meios de comunicação” (KUENZER, 2017, p. 352). Em seu artigo a autora critica pontos específicos que ligam a formação e contratação do docente a partir da nova Lei, e dá enfoque importante à nova redação que traz o termo “notório saber”. Para a autora

A flexibilização proposta pela Lei também atinge os docentes, em especial os da educação técnica e profissional, que poderão ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional desde que atestado seu notório saber por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública, privada ou em corporações. (KUENZER, 2017, pp. 335-336)

Neste e em alguns pontos, a defesa de Kuenzer se assemelha à proposta de Ciavatta quando sugere a resistência à Nova Lei. A autora Acácia Z. Kuenzer, por sua vez, faz um paralelo dizendo que

Se os setores públicos (MEC e Secretarias de Estado da Educação) e privados (Fundação UNIBANCO, Todos pela Educação, Sistema S, e outros) aplaudem a flexibilização, os intelectuais e estudantes que vêm defendendo, ao longo dos últimos trinta anos, uma proposta para os que vivem do trabalho, organizados em movimentos sociais ou

individualmente, fizeram acirrado enfrentamento à proposta que se tornou lei. (KUENZER, 2017, p. 336)

A autora termina sua pesquisa referenciando algumas perguntas que a motivam e, segunda ela, fica a dúvida de como se articular resistência e um novo bloco contra-hegemônico, e de como se agregar esforços para enfrentar, o que ela chama de “essa dura realidade”. Estas perguntas fazem paralelo importante a linha de embasamento e crítica apresentados até aqui por Frigotto e Ciavatta, e demonstra de forma clara que os três autores aqui relacionados compartilham de visão pautada no materialismo histórico dialético em críticas à Lei nº 13.415/2017, que se refletem na quase totalidade de todos os artigos publicados sobre a Lei na base livre da Capes desde o momento de sua promulgação.

## 5. Considerações finais

A Reforma do Ensino Médio tem sido mote de discussão de diversos autores desde a publicação da Lei n.º 13.415, em fevereiro de 2017. Dentre essas discussões se evidencia o descontentamento e as críticas a ela e ao governo que a sanciona. Para os principais autores analisados nesta pesquisa, a nova Reforma pode legitimar uma disparidade ideológica entre a educação propedêutica e a educação profissional, agravando as diferenças sociais através da formação básica no Ensino Médio.

Devido às limitações do estudo é relevante a realização de uma pesquisa que utilize novos métodos de filtragem do assunto, com o objetivo de investigar o que os autores, através de publicações científicas, têm a dizer sobre a Reforma do Ensino Médio e sobre os impactos que a Lei 13.415/2017 causará no cenário educacional brasileiro.

## Referências

ALVES, Alvaro M. **O método materialista histórico dialético: alguns apontamentos sobre subjetividade**. Disponível em: <http://seer.assis.unesp.br/index.php/psicologia/article/view/422>>. Acesso em: 10 jul. 2019

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm)>. Acesso em: 10 jul. 2019.

BRASIL. Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm)>. Acesso em: 10 jul. 2019.



BRASIL. Lei n.º 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis n.ºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm)>. Acesso em: 10 jul. 2019

CIAVATTA, Maria. **A Reforma do Ensino Médio: uma leitura crítica da Lei nº 13.415/2017 – Adaptação ou resistência.** Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/7152/pdf>>. Acesso em: 06 jul. 2019

DELORS, Jacques *et al.* **Educação: um tesouro a descobrir.** 10. ed. – São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2006.

MOTTA, Vânia C.; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Por que a urgência da reforma do ensino médio? Medida Provisória nº 746/2016 (Lei nº 13.415/2017).** Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/es0101-73302017176606>>. Acesso em: 06 jul. 2019.

KUENZER, Acácia Z. **Trabalho e escola: a flexibilização do Ensino Médio no contexto do Regime de Acumulação Flexível.** Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?frbrVersion=2&script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302017000200331&lng=en&tIng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?frbrVersion=2&script=sci_arttext&pid=S0101-73302017000200331&lng=en&tIng=en)>. Acesso em: 06 jul. 2019.

MENINO, Sergio E. **Educação Profissional e Tecnológica na Sociedade do Conhecimento.** São Paulo: Centro Paula Souza, 2014.

PETEROSSO, Helena G. **Subsídios ao estudo da Educação Profissional e Tecnológica.** São Paulo: Ceeteps, 2014.

PETEROSSO, H. G.; MENINO, Sérgio E. **A formação do formador.** São Paulo: Centro Paula Souza, 2017.